Direito ao Acesso à Justiça: Análise dos obstáculos à persecução judicial pelo jurisdicionado vulnerável

Adriel Adson Alves Vital

Graduado em Direito pela Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará

E-mail: adriel.vital@unifesspa.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo explorar diferentes contornos do direito ao Acesso à Justiça, com ênfase nos desafios para sua plena efetivação na realidade judicial brasileira, destacando as profundas desigualdades que se estabelecem entre os litigantes, estes não raramente vulneráveis e hipossuficientes. O Direito ao Acesso à Justiça constitui tema emergente na moderna processualística e tem por objetivo garantir não somente o acesso formal às instituições judiciais, mas sim promover uma verdadeira integração do jurisdicionado ao litígio, como sujeito ativo da demanda. Para isso, faz-se necessário identificar e analisar alguns dos percalços à garantia deste direito no Brasil, além de explorar o avanço dos instrumentos de desburocratização e democratização da Justiça, destacando os Juizados Especiais e a Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Juizados Especiais; Justiça do Trabalho.

1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE “ACESSO À JUSTIÇA”

A análise do direito ao acesso à justiça constitui uma preocupação recente da processualística, tendo em vista que durante uma parte considerável da história, a busca pelo direito era limitada ao “direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação”, em um momento em que o Estado não despendia esforços em prol da garantia efetiva de acesso à justiça aos cidadãos. Como destacam Cappelletti e Garth, este foi um aspecto comum dos Estados modernos durante os séculos XVIII e XIX que traziam em seu bojo uma justiça aos moldes do *Laissez-faire* vigente, não havendo, até então, pretensões relativas ao afastamento da “pobreza no sentido legal”, o que mantinha os indivíduos mais vulneráveis relegados à própria sorte (Cappelletti; Garth, 1988, p. 9).

Nesse contexto, o estudo jurídico ainda se achava divorciado da realidade fática, limitando-se a um caráter “tipicamente formalista, dogmático e indiferente aos problemas reais do foro cível” (Cappelletti; Garth, 1988, p.10). Nesse momento, não constituía objeto de preocupação desse estudo a investigação dos entraves e percalços enfrentados pelos litigantes em um processo judicial, em vistas à melhoria do acesso à justiça. Durante o estágio liberal do

sistema de justiça, o Estado permanecia inerte em relação aos problemas enfrentados pelo jurisdicionado, adotando uma postura de abstenção e indiferença.

Destarte, em linhas gerais, o princípio do acesso à justiça, visto sob o ângulo do liberalismo, correspondia, quase que exclusivamente, ao acesso ao Poder Judiciário, pouco importando se ao final do processo a parte teria, efetivamente, tutelado o seu direito. Tratava-se, assim, de uma visão estritamente formal do acesso à justiça, como mero contraponto à institucionalização do poder político e a subsequente vedação, imposta pelo Estado, à autotutela. (BARREIROS, 2009, p. 170, apud. Barros; Pinto, p. 2).

Esse cenário somente sofreu mudanças a partir do surgimento do Welfare State - o estado de bem estar social - e a proclamação dos novos direitos humanos relativos à uma série de prestações positivas do Estado que, naquele momento, passava a assumir um importante papel na garantia real e concreta dos direitos antes meramente proclamados nas antigas declarações de direitos. Na esteira do progresso em curso, os novos direitos substantivos proclamados nas constituições passaram a armar os novos sujeitos de direito - consumidores, locatários, empregados, entre outros - dando impulso à busca pelo acesso real à justiça (Cappelletti; Garth, 1988, p. 11).

A preocupação com o acesso à justiça ganha especial relevância quando se observa que este é “o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar direitos” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 12). Nessa perspectiva, chega-se à indubitável constatação de que o processo não pode ser “colocado no vácuo”, divorciado da realidade fática, devendo-se, do contrário, questionar o “modelo frequentemente irreal de duas (ou mais) partes em igualdade de condições perante a corte” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 12).

Partindo desse pressuposto, verifica-se que a mera proclamação de direitos, desobrigada de um compromisso com sua efetivação concreta, resulta no desamparo dos destinatários da norma pelo próprio sistema de justiça, incumbido de protegê-los. Assim, o acesso à justiça deve ser entendido de maneira abrangente, contemplando para além do mero ingresso em juízo, a disposição de meios e instrumentos hábeis a garantir uma prestação jurisdicional consciente e efetiva. Assim, o direito ao acesso à justiça:

(...) não pode ser examinado sob o enfoque meramente literal, ou seja, não há lugar, na atualidade, para a afirmação de que acesso à justiça significa apenas manifestar postulação ao Estado-juiz, como se fosse suficiente garantir ao cidadão o direito à porta de entrada nos tribunais. (Souza, 2011, p.25, apud. AVELINO, 2014)

No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, a inafastabilidade da jurisdição ganhou previsão expressa na Constituição Federal de 1988, que definiu no artigo 5º, inciso XXXV, que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Brasil, 1988). A previsão selou um compromisso indelével entre o Estado e os sujeitos de direito que agora,

por força de um mandamento constitucional, passaram a ter no Poder Judiciário um guardião para a defesa de seus interesses, sejam eles individuais ou difusos. No entanto, para uma efetiva prestação jurisdicional, fez-se urgente que mecanismos de acesso à justiça operassem uma importante mudança paradigmática para superar a visão tradicionalmente liberal do direito em direção a uma lógica essencialmente democrático-social.

2. A DISPARIDADE DE ARMAS NO PROCESSO JUDICIAL E O PRINCÍPIO PROTETOR TRABALHISTA

A questão das diferenças que se verificam entre os litigantes e suas implicações no resultado do processo passou a constituir objeto de preocupação da moderna processualística, bem como a identificação dos obstáculos à igualdade processual entre os atores do litígio. Ao observar as disparidades existentes entre esses sujeitos, constatou-se que pessoas hipossuficientes expressam maior vulnerabilidade em juízo em função de sua fragilidade econômica e social quando em comparação aos chamados “litigantes habituais” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 25).

A barreira da pobreza impede a submissão de todos os conflitos à apreciação de um juiz imparcial. Mas é verdadeiramente trágica se considerada a dimensão do acesso do pobre aos direitos. Os despossuídos são privados até dos direitos fundamentais de primeira geração, para eles meras declarações retóricas, sem repercussão em sua vida prática. (Nalini, 1997)

Ademais, verifica-se que a matriz dessa desigualdade jurídica repousa, precipuamente, nos alicerces da própria sociedade ao observar o profundo abismo social e econômico que atribui aos sujeitos direitos e vantagens na mesma proporção do seu poderio econômico. Não há outra constatação senão a de que “Uma ordem social injusta não pode produzir um processo justo, nem, por certo, um sistema judicial de solução justa dos conflitos de interesse” (Da Silva, 1999, p. 9).

Esse dilema, Cappelletti e Garth identificaram como “disparidade de armas”, o fenômeno que se verifica no processo a partir do qual o “litigante organizacional”, ou “habitual”, possui ao seu dispor a capacidade de “suportar as delongas do litígio” (1988, p. 21) e “apresentar seus argumentos de maneira mais eficiente”. A diferença entre o litigante “habitual” e o “eventual” se dá baseada “na frequência de encontros com o sistema judicial” (pg. 25). Dessa forma, a frequência com que grandes agentes econômicos, ou mesmo empresas de médio porte, se apresentam em juízo gera como efeito uma familiaridade com o ambiente

forense, viabilizando uma melhor articulação de estratégias na busca pelo sucesso no litígio.

As vantagens dos “habituais”, de acordo com Galanter, são numerosas:

- 1) maior experiência com o direito possibilita-lhes melhor planejamento do litígio; 2) o litigante habitual tem economia de escala, porque tem mais casos; 3) o litigante habitual tem oportunidades de desenvolver relações informais com os membros da instância decisora;
- 4) ele pode diluir os riscos da demanda pelo maior número de casos; e
- 5) pode testar estratégias com determinados casos, de modo a garantir expectativa mais favorável em relação a casos futuros. (Cappelletti, Garth; 1988, p. 25)

Dessa forma, verifica-se que, de imediato, o processo judicial já se inicia com diferentes graus de vantagem entre os sujeitos que nele litigam. Por esta razão, no âmbito da Justiça do Trabalho, impõe ao julgador, na apreciação do mérito, uma estrita observância ao chamado princípio da proteção, diretriz esta que, segundo Maurício Godinho Delgado traz consigo “(...) uma teia de proteção à parte vulnerável e hipossuficiente na relação empregatícia – o obreiro, visando retificar (ou atenuar), no plano jurídico, o desequilíbrio inerente ao plano fático do contrato de trabalho” (Delgado, 2019, p. 233).

O princípio da proteção, por sua vez, desdobra-se em três outros subprincípios: o da Norma mais favorável, o da condição mais benéfica e o *in dubio pro operário*. Pelo princípio da norma mais favorável, impõe-se ao operador observar sempre a regra mais favorável ao trabalhador “em três situações ou dimensões distintas: no instante de elaboração da regra (...) ou no contexto de confronto entre regras concorrentes (...) ou, por fim, no contexto de interpretação das regras jurídicas”. (Delgado, 2019, p. 234-235).

Pelo princípio da condição mais benéfica, cabe ao operador interpretar e aplicar a norma jurídica em vistas à “garantia de preservação, ao longo do contrato, da cláusula contratual mais vantajosa ao trabalhador, que se reveste do caráter de direito adquirido” (Delgado, 2019, p. 238). Por fim, o *in dubio pro operário* caracteriza uma expressão da norma mais favorável, com ênfase na atividade interpretativa em vistas a beneficiar o trabalhador na aplicação da norma.

A partir dessa análise, verifica-se que o direito material do trabalho, calcado em um amplo acervo principiológico protetor, reconhece as diferenças inerentes aos sujeitos envolvidos na relação de trabalho. Dessa forma, ao empregar meios de interpretação e aplicação da lei a partir do reconhecimento dessas diferenças, torna-se possível lograr uma relativa “paridade de armas” no processo judicial.

3. OS OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA SOB A ÓTICA DE CAPPELLETTI E GARTH

Em sua análise, Cappelletti e Garth apontam as custas judiciais como um dos mais expressivos óbices ao acesso à justiça, que tem nos honorários advocatícios seu principal expoente. Nesse sentido destaca que “os nossos dados mostram que eles representam a esmagadora proporção dos altos custos do litígio em países onde os advogados são particulares” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 18). Assim, o ônus econômico para a apresentação de uma demanda em juízo emerge como um dos principais fatores que distanciam os sujeitos da busca e defesa de seus direitos substantivos perante a Justiça.

Um aspecto de elevada pertinência nessa discussão, é a constatação de que os custos de uma ação judicial são inversamente proporcionais ao valor da causa, tornando deveras oneroso litigar em defesa de um direito pouco expressivo monetariamente. Assim, o ajuizamento de uma ação para a percepção de um pequeno valor pode “consumir o conteúdo do pedido a ponto de tornar a demanda uma futilidade” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 19).

Além disso, o tempo despendido para a obtenção de uma decisão de mérito também pode constituir um obstáculo ao acesso à justiça visto que a mora judicial, além de prolongar o litígio pode onerar ainda mais o litigante vulnerável – destacando a seara trabalhista, cujo mérito da ação, quase sempre, versa sobre verbas de natureza alimentar sendo, portanto, urgente.

A lentidão acaba por minar a confiança no Poder Judiciário e por provocar impactos que extrapolam o âmbito individual, atingindo a sociedade como um todo. Na esfera econômica, por exemplo, o grau de litígio e o tempo até uma solução judicial afetam as empresas, o ambiente de negócios, o governo e o ritmo de desenvolvimento do país. (Sadek, 2014, p. 62).

Em razão da pressão exercida sob os hipossuficientes, verifica-se que, não raramente, estes tendem a “abandonar suas causas, ou a aceitar acordos por valores muito inferiores àqueles a que teriam direito” (Cappelletti; Garth, 1988, p. 20). Este Problema, no âmbito trabalhista, ganha especial relevo tendo em vista que uma parte considerável das demandas ajuizadas na Justiça do Trabalho desemboca em acordos entre empregadores e empregados, estes últimos nem sempre cientes ou informados quanto às implicações jurídicas decorrentes dessa celebração.

4. A “POSSIBILIDADE DAS PARTES” E OS EFEITOS DE UMA POPULAÇÃO DESINFORMADA.

Além dos elementos citados alhures, merece destaque o que Cappelletti e Garth chamaram de “possibilidade das partes”, entendidas como as “vantagens e desvantagens estratégicas” atribuídas assimetricamente aos litigantes em um processo judicial. Nesse contexto, a disparidade de recursos financeiros, a aptidão para o reconhecimento de um direito,

ou mesmo a disposição psicológica para enfrentar o litígio são circunstâncias que geram um desbalanceamento de forças entre os sujeitos no processo. O conhecimento da parte hipossuficiente acerca dos mecanismos que constituem o processo revela-se um fator determinante para a qualidade da prestação jurisdicional e, por consequência, do êxito das demandas ajuizadas. Diante disso, tornar o direito palpável, ampliando o acesso à justiça torna-se uma demanda urgente, propondo Nalini que este deve “se abrir, que se quotidianizar, de perder o seu sopro de mágica não humana” (1997, p. 3).

Dentro deste contexto é que se encontra o acesso à informação e educação, sobretudo, a informação e educação jurídica e o seu acesso pleno pelo cidadão comum início de um exercício de cidadania nos termos em que a não oferta a tal significa sonegação estatal no compromisso primário e constitucional de conceder igualdade real e efetiva aqueles por ele subordinados. (Junior).

Nesse sentido, a falta de informação acerca dos instrumentos de acesso à justiça é um sintoma do fatídico cenário ao qual está submetida uma parcela significativa da sociedade. Nesse sentido, cumpre salientar que parte da população permanece alijada da educação escolar, tornando a busca pela proteção e defesa de direitos uma realidade ainda mais distante. De acordo com dados do IBGE – módulo Educação, da PNAD Contínua 2019 -, mais da metade dos adultos acima de 25 anos ainda não possui o ensino médio completo totalizando cerca de 69,5 milhões de indivíduos. Verifica-se, desse modo, que os reflexos de uma escolaridade tímida não podem ser desprezados na análise do acesso à justiça, principalmente ao considerar a educação como elemento integrante das “possibilidades das partes”, como destacam Cappelletti e Garth:

Em resumo, a questão dramática do acesso ao princípio da Justiça igual para todos consiste precisamente na desigualdade de condições materiais entre litigantes, que condicionam profunda injustiça àqueles que, defrontando-se com litigantes afortunados e poderosos, ficam na impossibilidade de exercer seu direito de ação e de defesa. Isso se toma ainda mais dramático com as consequências processuais da revelia consubstanciada nas leis processuais, em virtude das dificuldades que o pobre tem de acesso até mesmo às fontes de informação que o alerte para os efeitos de sua inércia. É que um dos obstáculos sociais que impedem o acesso à Justiça está também na desinformação da massa da população a respeito de seus direitos. (Da Silva, 1999, p.16)

Diante disso, a falta de iniciativas voltadas à promoção da informação representa um notório percalço na busca pela “paridade de armas” no processo judicial e ao próprio exercício da cidadania em juízo, especialmente quando se observa que o chamado “litigante organizacional” dispõe de meios que garantem uma defesa de interesses estratégica e bem estruturada. De maneira oposta, o litigante mais vulnerável – econômica e socialmente –

permanece suscetível a ter suas pretensões frustradas ou mesmo de sequer procurar amparo junto ao judiciário para a defesa de seus direitos, em razão de suas fragilidades educacionais.

Ao observar a realidade educacional brasileira, é patente que a difusão de informações acerca dos direitos inerentes aos indivíduos ainda é inexpressiva, o que naturalmente resulta na formação de juízos ideológicos e distorcidos sobre o funcionamento da justiça.

A propagação do convencionado “achismo”, conhecimento vulgar que contamina o cidadão comum, quando plantado e cultivado nas órbitas da informação jurídica, gera o pseudo conhecimento do que “é”, servindo de instrumento para aqueles que responsáveis pela condução de interesses na sociedade, sacrificarem direitos do cidadão hipossuficiente diante de sua veraz desinformação, como notadamente se faz presente nas relações laborais, consumeristas, dentre outras. (Júnior)

Nessa mesma análise, Cappelletti e Garth destacam a problemática caracterizada pelo estranhamento do sujeito em relação à justiça, que encontra na linguagem, nos operadores e no próprio ambiente forense obstáculos que, na contramão do espírito protetivo, acaba opondo barreiras para a defesa de direitos. “Procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam, como o dos tribunais, juízes e advogados, figuras tidas como opressoras, fazem com que o litigante se sinta perdido, um prisioneiro num mundo estranho” (Cappelletti; Garth, 1988 p. 24). Nesse sentido, ao tratar da linguagem do operador, tida como um dos desafios à devida compreensão do direito, pontua Nalini que:

Antes de dizer o Direito, incumbe ao juiz fazer conhecer o Direito. Pois na medida em que o conhecimento daquilo que está disponível constitui pré-requisito da solução do problema da necessidade jurídica não atendida, é preciso fazer muito mais para aumentar o grau de conhecimento do público a respeito dos meios disponíveis e de como utilizá-los. (1997, p. 5)

Em sua análise, Cappelletti e Garth salientam que a superação das barreiras ao acesso à justiça não pode se dar pela eliminação individual de cada um desses obstáculos, tendo em vista a existência de uma inter-relação entre cada um deles, podendo a subtração de um deles gerar prejuízos ao litigante mais vulnerável. Nesse sentido, o autor destaca a figura do advogado que, simultaneamente enquanto onera o litígio em razão dos honorários que lhe são devidos, exerce também um papel fundamental na proteção e defesa de direitos de quem o patrocina, mitigando os efeitos gerados pelo desconhecimento técnico da maior parte dos jurisdicionados. Sobre a hipótese de exclusão do causídico, esclarecem os autores:

Sem alguns fatores de compensação, tais como um juiz muito ativo ou outras formas de assistência jurídica, os autores indigentes poderiam agora intentar uma demanda, mas lhes faltaria uma espécie de auxílio que lhes pode ser essencial para que sejam bem sucedidos. Um estudo sério do acesso à justiça não pode negligenciar o inter-relacionamento entre as barreiras existentes. (Cappelletti; Garth, 1988, p. 29)

Ao analisar a seara trabalhista, observa-se que a maior parte das demandas levadas a juízo são propostas por empregados economicamente vulneráveis, os quais correspondem a cerca de 62,5% dos litígios considerando salários de até R\$ 1.996,00 (Cunha, 2022, p. 34.). Diante disso, a qualidade da prestação jurisdicional na Justiça do Trabalho é uma variável

determinante para o êxito ou fracasso das demandas nela promovidas, considerando a necessidade premente de informação, assistência, recursos e disposição do jurisdicionado hipossuficiente para ter suas pretensões efetivamente satisfeitas.

5. A EXPERIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO BRASIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA.

Como alternativa aos óbices que limitam do acesso à justiça, o Estado Brasileiro adotou os Juizados Especiais como alternativa ao foro comum para viabilizar aos litigantes de causas menos complexas uma solução mais célere e desburocratizada dos litígios. Esse modelo de prestação jurisdicional possibilitou uma notória redução nas demandas ajuizadas pelo rito comum e uma maior agilidade na conclusão dos processos.

O movimento para a desburocratização da Justiça no Brasil, que culminou no atual arranjo dos Juizados Especiais, teve início na década de 1980 a partir dos Conselhos de Conciliação e Arbitramento, produto de uma experiência de Juízes do Rio Grande do Sul que, a despeito de não ter até então previsão legal, produziu resultados notoriamente positivos quando observados os altos índices de conciliação que promovia (Salomão, 1999, p. 89.). Nessa toada, no ano de 1984 foi promulgada a Lei 7.244/84 que disciplinou os chamados Juizados de Pequenas Causas, com competência para processar e julgar demandas de até vinte salários mínimos.

A criação desses órgãos logo se revelou uma engenhosa oportunidade de não somente resolver demandas com eficiência, mas também de devolver o prestígio à Justiça ante a descrença popular que pairava sob o Poder Judiciário. Assim, no ano de 1995 os Juizados Especiais Cíveis e Criminais foram finalmente disciplinados pela Lei 9.099/95, que trouxe em seu bojo um conjunto principiológico que viabilizou a expansão do ideal de uma justiça acessível, democrática e cidadã.

Trata-se de um sistema ágil e simplificado de distribuição da Justiça pelo Estado. Cuidando das causas do cotidiano de todas as pessoas (relações de consumo, cobranças em geral, direito de vizinhança etc.), independentemente da condição econômica de cada uma delas, os Juizados Especiais Cíveis aproximam a Justiça e o cidadão comum, combatendo o clima de impunidade e descontrole que hoje a todos preocupa. (Chimenti, 2005, p. 05)

Um aspecto de elevada importância no âmbito dos Juizados Especiais é a possibilidade da apresentação de demandas sem a assistência de um advogado em causas que não ultrapassem o limite de quarenta salários mínimos. Isto suscita uma discussão acerca dos impactos gerados pela dispensa do causídico nos feitos que tramitam nos Juizados. Essa problemática se expressa

em razão de, mesmo operando com base nos princípios que orientam o seu funcionamento – oralidade, informalidade, simplicidade, economia processual – a subtração do advogado pode gerar uma exposição do jurisdicionado visto que, na maioria das vezes, o demandante é um sujeito desprovido conhecimentos técnico-jurídicos para a defesa de seus interesses.

Outrossim, tal como se verifica nos Juizados Especiais, na Justiça do Trabalho, o reclamante também é investido desta faculdade postulatória pelas vias do *jus postulandi*, podendo acompanhar sua demanda sem o patrocínio de um advogado até os Tribunais Regionais do Trabalho, temática a ser explorada mais detidamente adiante.

6. PONDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A análise do acesso à justiça demanda, inicialmente, a identificação dos obstáculos impostos aos sujeitos para a defesa de seus direitos em juízo. Esses percalços se revelam, sobretudo, a partir das diferenças que se estabelecem entre os litigantes ao constatar a existência de uma “disparidade de armas” no processo judicial. Tais vantagens de ordem econômica e social colocam-se como barreiras aos mais fragilizados para a apreciação ou mesmo reconhecimento de seus direitos substantivos em juízo.

Ao observar o desenvolvimento histórico do acesso à justiça, verifica-se que este direito somente passou a constituir objeto da processualística muito recentemente, principalmente ao analisar o atual cenário do judiciário brasileiro no qual a reivindicação de um direito permanece atada à necessidade de uma prévia “aptidão para o reconhecimento” deste.

Dessa forma, a despeito da iniciativa em favor da democratização do acesso à justiça por meio da institucionalização dos Juizados Especiais, os litigantes hipossuficientes permanecem vulneráveis sob o ponto de vista jurídico, com elevado risco de sucumbir em um litígio, visto que, não raramente, desconhecem o sistema judicial ou mesmo alienam-se dele. A causa de maior preponderância nessa discussão é, sem dúvidas, o desconhecimento acerca da dinâmica processual e dos instrumentos para a defesa do direito, realidade que se impõe sobre os sujeitos como consequência de uma sociedade calcada em desigualdades e na falta de informação.

REFERÊNCIAS

AVELINO, José Araujo et al. O jus postulandi na justiça do trabalho: é uma ampliação do acesso à justiça aos jurisdicionados ou é uma utopia? **Interfaces Científicas-Direito**, v. 3, n. 1, p. 87-94, 2014.

BARROS, Anna Flávia Magalhães de Caux; PINTO, Mariana Lamego de Magalhães. O jus postulandi e o acesso à justiça no processo do trabalho. **Publica direito**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos>.

BRASIL. **Constituição** (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

CAPPELETTI, Mauro. **Acesso à Justiça**. Tradução de Maria de Fátima Braga. 2. ed. São Paulo: **Editorial Revista dos Tribunais**, 2003

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CUNHA, Alexandre dos Santos et al. **Acesso à justiça do trabalho: Antes e depois da reforma trabalhista**. Texto para Discussão, 2022.

DA SILVA, José Afonso. **Acesso à justiça e cidadania**. Revista de direito administrativo, v. 216, p. 9-23, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 18 ed. – São Paulo: LTr, 2019.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, n. 101, p. 55-66, 2014.

SALOMÃO, Luis Felipe. Sistema nacional de juizados especiais. **Revista do Tribunal Regional do**, 1999.